

A odisseia da criação de um acervo digital multimídia com as imagens dos Mëbêngôkre¹

Vanessa R. Lea

Departamento de Antropologia – UNICAMP

E-mail: vanessa.r.lea@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7239-717X>



Resumo

Este artigo analisa algumas das dificuldades inerentes ao uso de fotografia nas pesquisas realizadas por antropólogos sociais no século XXI, enfocando o caso específico da pesquisa feita por Vanessa Lea junto com os Mëbêngôkre (Kayapó) a partir de 1978. A legislação brasileira referente ao uso das imagens dos povos indígenas é ao mesmo tempo ambígua e problemática. O potencial que existe para o uso de fotografias para fins pedagógicos é dificultado pela falta de incentivos e pela má conservação dos materiais que existem. Uma foto tirada hoje se transforma quase instantaneamente em documentação histórica, e fornece uma dimensão que não pode ser replicada nem substituída pela palavra escrita.

Palavras-chave:

Fotografias;
Mëbêngôkre; Acervos;
Legislação; Direitos.

Abstract

This article analyses some of the difficulties inherent in the use of photography in research conducted by social anthropologists in the twenty-first century, focusing on the specific case of research undertaken by Vanessa Lea with the Mëbêngôkre (Kayapó) since 1978. Brazilian legislation concerning the use of images of Indigenous peoples is both ambiguous and problematic. The potential for the use of photography for pedagogic purposes is hampered by the lack of incentives and the poor conservation of existing materials. Snap shots of today metamorphose almost instantly into historical documentation and provide a dimension that cannot be replicated or substituted by the written word.

Keywords:

Photographs;
Mëbêngôkre;
Archives; Legislation;
Rights.

Desde o início, é importante frisar que este texto está direcionado a um projeto futuro e não à avaliação de algo já existente. Nesse sentido, seu propósito é iniciar um diálogo com pesquisadores que passam por dificuldades semelhantes, referentes ao material fotográfico proveniente de sua pesquisa².

Concordando com a expressão popular de que uma imagem pode comunicar mais que mil palavras, dou início à discussão com uma imagem, retirada da internet, do incêndio que destruiu o Museu Nacional em 2018³. Foi incendiado o único registro, na forma de artefatos, de uma quantidade não calculada de povos indígenas extintos, erradicando tudo o que havia sobrado deles, com exceção de seus genes, que, em alguns casos, foram incorporados na população brasileira. Esta imagem que vemos a seguir sintetiza, portanto, o pouco valor que é atribuído ao legado dos povos originários do Brasil, do ponto de vista do Estado de extrema-direita e de uma porcentagem dos cidadãos brasileiros.



figura 1. Imagem do incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2018. Fonte: imagem de Ricardo Moraes, Reuters.

A principal preocupação oficial em relação ao museu é restaurar o esplendor arquitetônico desse antigo palácio real, como se isso pudesse compensar a perda irremediável das coleções indígenas que ele abrigava no passado. Entre essas coleções, estava a de artefatos Mëbêngôkre, doada ao museu pelos antropólogos Terence Turner e Joan Bamberger, na década de 1960. Durante muito tempo, planejava ir ao Rio de Janeiro para fotografá-la, especialmente um ou dois exemplares de ba-

1. Uma primeira versão deste texto, em inglês (*Who's afraid of PUCK*), foi apresentada no congresso online da SALSIA (*Society for the Anthropology of Lowland South America*), em 2021, na Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, no painel *Objects and Voices in a Virtual World*. A autora agradece Genner Llanes Ortiz e Leandro Matthews Cascon, ambos da Universidade de Leiden, por aceitar a apresentação no seu painel na SALSIA. Na atual versão, o programa PUCK foi deixado de lado, contrariando a minha intenção inicial e exemplificando que a antropologia social das terras baixas da América do Sul ainda não mobilizou interesse em integrar um *software* relacionado ao parentesco nas suas pesquisas. Em suma, a questão do parentesco ficou ausente no congresso da SALSIA

2. Após a redação deste texto, encontrei um artigo de Clarice Cohn (2020) sobre a devolução de seu material aos Xicrin (outro povo Jê Setentrional), com diversos pontos em comum com o meu artigo. Em uma época na qual se discute bastante a questão da transparência, os Kamayurá do Alto Xingu, que obtiveram financiamento para um projeto deles com o banco Itaú, instruíram sua mediadora antropológica (Luísa Valentini) a negar o acesso de outras pessoas a seu projeto, que queria comparar com o meu.

3. A meu ver, esta imagem, retirada da internet, transmite a impressão de que os

toques de cristal, um artefato que nunca encontrei durante minha pesquisa de campo, que se iniciou com os Mëbêngôkre em 1978, povo cuja terra se localiza na região do estado de Mato Grosso e Pará (Figura 2).

espíritos dos indígenas
estão sobressaindo das
labaredas, de modo
desafiador, do interior do
museu.



figura 2. Mapa das Terras Indígenas (TIs) Mëbêngôkre. Fonte: Lea (2012), contracapa.

Quando era aluna de doutorado do mesmo museu, do fim da década de 1970 até o início da década de 1980, a única coisa que havia sobrado da arte plumária, quando visitei a coleção Mëbêngôkre, era o eixo central das penas. Isso deixa claro que o descuido com a herança indígena, devido à falta de financiamento, não é uma novidade no Brasil.

A coleção de publicações e outros documentos relacionados à língua mēbêngôkre foram também destruídos pelo incêndio, tal como a versão original da minha tese de doutorado, previamente digitalizada pela biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Quando cheguei ao museu em 1977, havia armários, contendo crânios, nos corredores. Um dia, os crânios desapareceram e desconheço o fim que levaram e a

quem haviam pertencido. É irônico que a antropologia tenha designado outros povos como caçadores de cabeças.

Por volta de 2020, a Fundação Wenner-Gren patrocinou um seminário sobre projetos compromissados com os povos estudados pelos antropólogos. No Brasil, tal compromisso é uma premissa da pesquisa, tal como a pesquisa colaborativa com interlocutores indígenas.

As pessoas do subgrupo Mëtyktire, com o qual fiz a maior parte da minha pesquisa, frequentemente solicitam o envio de imagens de seus parentes, especialmente aqueles que já morreram, para possibilitar que seus filhos e netos os vejam e, num certo sentido, conheçam seus avós e outros parentes mortos. No passado, as pessoas já costumavam solicitar fotografias impressas. Além disso, as fotografias tinham que ser, de preferência, emolduradas, mesmo que a plastificação fosse uma boa alternativa para preservar a fotografia – visto que o papel dura pouco em uma aldeia – e para melhor locomover-me, diante da impossibilidade de viajar ao campo com molduras de vidro.

Em 2011, copiei uma seleção de fotografias num computador da ONG Instituto Raoni, localizada no município de Colíder, Mato Grosso, mas ela logo foi perdida. Atualmente, as pessoas guardam fotografias nos seus celulares ou em *pen drives* e, ocasionalmente, em computadores. Tais *pen drives* pertencem aos indivíduos, de modo que, sendo considerados particulares, não são compartilhados com outras pessoas, algo que complica a tarefa de distribuir as imagens a todos os interessados.

Algumas fotografias minhas dos Mëtyktire foram adicionadas à minha monografia, publicada em português, na forma de livro, pela Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), em 2012. O livro (Figura 3), intitulado *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mëbêngôkre (Kaiapó) do Brasil Central*, compartilhou os direitos autorais, meio a meio, com a ONG já mencionada, na tentativa de evitar a ilusão de que os antropólogos enriquecem com a propriedade imaterial adquirida ao longo da pesquisa de campo.

Supostamente, uma quantidade considerável de livros, enviada pela Edusp, foi distribuída, pelo Instituto Raoni, aos indivíduos que participaram da pesquisa e a todas as escolas Mëtyktire. Entretanto, como costuma acontecer em tais situações, muitas pessoas reclamaram que não receberam o livro e os professores, até hoje, pedem-me para mandar mais cópias, cada uma pesando um quilo, como se tal tarefa

fosse análoga a catar limões de um limoeiro. Como a Edusp poderia processar-me, se eu distribuísse o livro em formato digital, esses interesses conflitantes parecem ser irreconciliáveis.

A saga da minha coleção de imagens (*slides* e fotografias) demonstra que montar um arquivo digital não é um projeto fácil. Em 1983, realizei uma exposição de fotografia, junto com um colega do doutorado, Eduardo Viveiros de Castro, no MASP, em São Paulo, e no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro. Desde então, minhas imagens raramente foram expostas, pelos motivos que serão esclarecidos na narrativa que segue, cheia de reviravoltas.

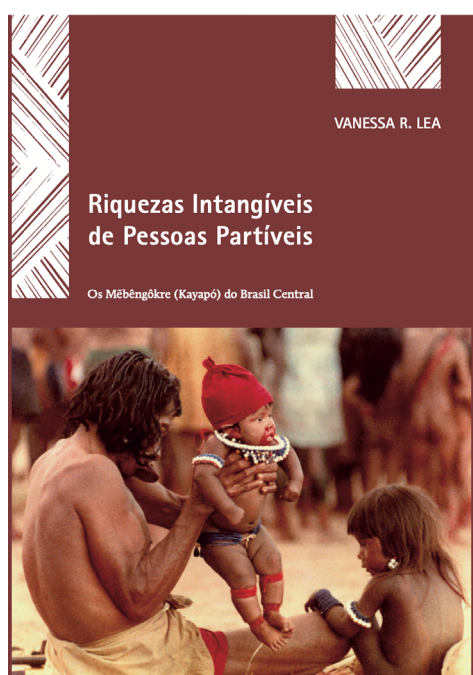


figura 3. Capa do livro Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mëbêngôkre (Kaiapó) do Brasil Central. Fonte: Lea (2012).

Em 1998, quando me foi solicitada uma imagem para a capa de um livro sobre etnomatemática (Ferreira org., 2002), descobri que minha coleção de *slides*, composta de umas 776 imagens, estava com fungos. Não foi feito nenhum pagamento pela imagem da capa, referente a um capítulo de minha autoria no livro sobre desenhos geométricos, e não pude opinar na edição da imagem. Ao levantar a questão da remuneração por direitos autorais para os indígenas, a editora Global me informou que desistiria do uso da imagem, caso eu insistisse na ideia de haver pagamento para os Mëtyktire ou para mim. Como resultado, o rapaz indígena retratado na capa do livro foi “decapitado” na imagem (Figura 4): uma estratégia para evitar o pagamento. Na falta de meios

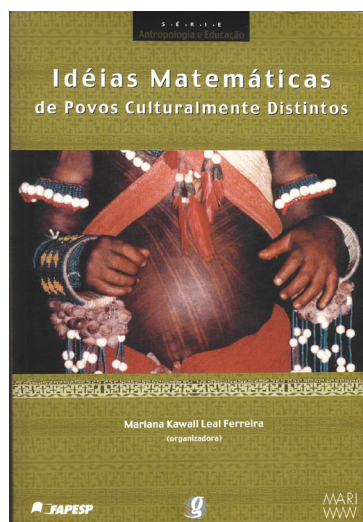


figura 4. Capa do livro sobre matemática indígena com a parte da imagem referente ao rosto do rapaz indígena eliminada. Fonte: Lea (2002).

para climatizar e armazenar os *slides* em condições adequadas, decidi doá-los ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp. Pensando que não precisava de um advogado, redigi meu próprio contrato, o que faria de qualquer maneira, já que não tinha recursos para contratar tal serviço. Consegui recursos para digitalizar o material, uma parte das imagens sendo de 1977. O contrato com o AEL autorizou a consulta pública aos *slides* e estabeleceu que eles não poderiam ser reproduzidos para uso na *internet*, que seria necessária minha autorização para publicar qualquer imagem, e que seria vedado o uso da coleção para fins comerciais.

Em dezembro de 2013, consultei o diretor do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, José Carlos Levinho, sobre a possibilidade de doar ao museu o restante dos negativos, que totalizavam cerca de 1.397 imagens, para eles serem digitalizados em resolução alta e baixa, permitindo aos Mẽtyktire receberem cópias de todo o material, sem a necessidade de muito espaço para guardá-las. Apesar de a coleção do Museu do Índio ser importante em escala nacional, teria que viajar de São Paulo ao Rio de Janeiro por conta própria, sempre que precisasse acessar meu próprio material.

Em 2014, tive uma reunião no AEL para discutir a possibilidade de doar-lhes esses negativos, para acompanhar os *slides* que já estavam lá. Fui informada de que a Reitoria da Unicamp queria fazer um novo contrato, porque pretendia disponibilizar todas as suas coleções

online, visto que os visitantes do arquivo não queriam mais ter gastos com viagem, hospedagem e refeições para consultar o material no acervo na universidade. Ao discordar dessa proposta, fui questionada sobre o motivo de eu ter publicado algumas das minhas imagens no meu livro, em 2012. Expliquei, então, a questão do compartilhamento dos direitos autorais com os Mëtyktire.

Para a minha surpresa, o AEL desconhecia a legislação (Portaria 177, 16/2/2006) referente à proteção dos direitos indígenas sobre suas imagens, desenhos e gravações de voz, exigindo um contrato por escrito, e estipulando que uma comunidade indígena pode cancelar sua autorização a qualquer momento, no caso disso gerar algum conflito. Tal legislação foi transmitida à procuradoria da Unicamp, que respondeu, no dia 18 de junho de 2014, sobre a possibilidade de uma nova doação, reiterando a exigência de acesso ao público de qualquer material do acervo, afirmando não ter nenhum mecanismo para controlar a reprodução de imagens por aqueles que consultam o acervo, nem o uso posterior por terceiros. Foi perguntado a mim se eu tinha autorização por escrito dos indivíduos, da comunidade e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a produção e uso das imagens. Desde então, tento, sem sucesso, agendar uma conversa sobre essa questão com a procuradoria.

Considereei a possibilidade de contatar o Instituto Moreira Salles (IMS), em São Paulo, para sondar seu interesse pelo material. O instituto possui equipamentos de alta qualidade e uma abundância de funcionários e recursos. Porém, desisti dessa ideia ao descobrir que, ao ceder o material àquela instituição, o doador ou vendedor teria que abdicar de qualquer direito.

Apesar de ter desistido de contatar o IMS, pude ver como a realidade do instituto era bem diferente da do AEL, na Unicamp. O AEL não tinha funcionários para digitalizar o material, informando-me à época que eu teria que solicitar recursos alhures para fazer isso. A falta de recursos e o sucateamento das universidades públicas brasileiras já dura décadas devido à pressão daqueles que querem privatizá-las.

Ainda em 2014, considerando a distância de cerca de 100 km da universidade até minha casa, fiz contato com o Instituto Socioambiental (ISA), em São Paulo, imaginando-o como o lugar ideal para armazenar o material que, até então, estava guardado em um arquivo de aço em casa. O material já tinha sido digitalizado e copiado em DVDs,

mas, ao acessá-los, descobri que um dos discos estava vazio e que a empresa que fizera a digitalização já havia removido o material de seu computador. Foi, então, que resolvi contatar o ISA, com o plano de re-digitalizar o material, em troca da autorização para usar as imagens nas suas publicações e online.

Já que queria ter todo meu material em um único lugar, pensei em cancelar a doação ao AEL, mas fui informada de que, provavelmente, a universidade não aceitaria isso. Foi a partir disso que me dei conta de que havia sido ingênua e apressada ao redigir um contrato sem apoio de um advogado. Em uma conversa com meu colega de doutorado, Eduardo Viveiros de Castro, depois de sua exposição de fotografia no SESC, em São Paulo, ele me recomendou não fazer um acordo com nenhuma instituição sem consultar um advogado.

O ISA propôs que eu usasse seu contrato padrão, e não queria se responsabilizar pela guarda permanente dos negativos 35 mm. Seu contrato especificava que o material no arquivo continuaria a ser usado pelo ISA por um período indefinido, mesmo após a morte do doador. O ISA não se responsabilizaria pelo uso ilegal das imagens, nem pela violação dos direitos das imagens por terceiros. Na opinião da ONG, não era aconselhável ter cópias duplicadas da coleção no Museu do Índio, porque se houvesse uso impróprio de qualquer imagem, seria impossível descobrir onde ela havia sido obtida, e o ISA poderia ser judicialmente processado, como já havia acontecido no passado.

Resolvi, independentemente, consultar um advogado, antes de assinar o contrato, querendo assegurar os direitos da minha filha ao material após minha morte. O primeiro advogado consultado, em 2015, foi tão caro que não tive como permanecer com ele, tive que procurar outro; posteriormente descobri que o primeiro é um dos principais especialistas em direitos autorais em São Paulo. A segunda advogada insistiu na necessidade de uma cláusula estipulando um período de cinco anos, que poderia ser renovado indefinitivamente. Estava preparando dois contratos, um para a Unicamp, referente aos *slides*, e outro para o ISA, referente aos negativos, com as redações preliminares indo e vindo do ISA para mim, sem finalização.

Em maio de 2017, fui informada de que o ISA tinha decidido que não precisava de mais fotografias e que estava reorganizando seu espaço, portanto, devia retirar minha coleção imediatamente. Rapidamente me dirigi ao Laboratório de Som e Imagem (LISA), na Uni-

versidade de São Paulo (USP), e combinei de deixar lá 1.586 itens, em caráter informal, assinando uma carta comprometendo-me a retirar o material até o fim de novembro daquele mesmo ano. Anos depois, fui relembrada desse prazo do qual havia me esquecido.

Durante o mês de julho de 2019, passei dias no LISA, tentando juntar as imagens digitalizadas com seus respectivos negativos, anotando quais foram omitidos no processo de digitalização, trocando alguns dos materiais dentro dos quais estavam guardados e iniciando o processo de catalogação. Levou muito mais tempo do que imaginara.

Um dos membros da equipe do LISA, Leonardo Rovina Fuzer, ajudou-me muito, fazendo “cópias contato” (miniaturas) do material digitalizado para facilitar a identificação e a organização dos negativos. Em troca, concordei em deixar uma cópia digital da coleção no LISA, resolvendo guardar os originais no AEL, junto com os *slides*. O LISA ofereceu-me um contrato, organizado pelos advogados da USP, que recomendava conceder direitos plenos àquela universidade. Não estava disposta a assinar um contrato sem consultar um advogado que representasse meus interesses. Uma que contatei informalmente sugeriu que a melhor opção seria conceder custódia, com permissão de uso, exclusivamente para fins educacionais, sem abdicar de meus direitos de decidir como o material seria usado, como foi mencionado em um dos contratos a que tive acesso.

Na última reunião que tive no AEL, antes da pandemia, foi feita uma nova tentativa de agendar uma reunião com a procuradoria da reitoria, novamente sem sucesso. Não foi possível olhar as imagens digitalizadas porque o AEL não conseguiu abrir o HD externo preparado pelo LISA, em formato para Apple, o sistema operacional que uso em meus computadores. Não mudou nada desde então, mas fui informada pelo AEL que eles aceitam a custódia, em vez de uma doação definitiva, algo que não foi havia sido informado anteriormente.

As consultas aos advogados forneceram-me algumas informações significativas, do ponto de vista da antropologia social. A legislação é retroativa, apesar de ser uma “portaria”, e não uma lei.

Ao perguntar a um advogado como uma colega no Rio de Janeiro conseguiu publicar fotografias (Lagrou, 2009), fui informada de que a área externa do Museu do Índio, onde as imagens foram feitas, é considerada um espaço público e, enquanto tal, não é suscetível aos direitos do sujeito. Pode-se perguntar, então, se essa mesma lógica se aplica

a fotografias feitas no pátio de uma aldeia indígena. Outro colega, Verswijver, publicou fora do Brasil vários livros, todos eles com um número abundante de imagens (Verswijver, 1992a; 1992b; 1995; 1996); e, mais recentemente, em 2020, um livro publicado em Genebra, com belas imagens, sobre a história dos Kararaô, um subgrupo Mëbêngôkre. Após ter conhecimento dessas experiências, ao que me parece, cada país segue sua própria jurisdição, uma questão cuja lógica merece ser esclarecida.

Ao me aposentar da Unicamp, em 2014, conversei com uma produtora cultural sobre a possibilidade de editar um livro com minhas imagens, que seria produzido junto com algumas mulheres Mëtyktire como curadoras. Depois de tomar conhecimento de dois livros de imagens, na época, em preparação (Stuckert, 2022; Albarello, em preparação), além de Demarchi e Oliveira (2015), parecia-me excessivo produzir outro. O de Stuckert foi publicado em 2022⁴ e o de Albarello ainda não foi publicado e o projeto está parado, até o momento da escrita deste texto.

De acordo com uma consulta jurídica informal, tomei conhecimento de que, independentemente de onde minhas imagens forem depositadas, precisa ser especificado que não assumo a responsabilidade pelos direitos dos sujeitos delas, por não ter documentos referentes a isso, já que as imagens foram feitas antes da atual legislação. Entretanto, as instituições com as quais negocieei recusaram assumir essa responsabilidade, mesmo desfrutando de muito mais apoio jurídico do que eu, autora das imagens.

Quando o AEL quis usar algumas das imagens nas suas publicações, sugeriu que eu deveria consultar os sujeitos delas para obter consentimento. Não tenho contato com as pessoas de Gorotire, uma aldeia que visitei em 1983, para escrever um texto que acompanhe as fotografias feitas por Miguel Rio Branco para a revista *National Geographic* (Lea, 1984). Os próprios Mëtyktire se cindiram em inúmeras aldeias, e vários indivíduos e famílias se transferiram para outras áreas Mëbêngôkre.

Em 1995, fiz uma série de imagens de uma criança sendo pintada, para documentar a arte geométrica criada, exclusivamente, pelas mulheres Mëbêngôkre. Pouco tempo depois, surgiu um escândalo nos EUA ou na Inglaterra a respeito de uma mulher que havia fotografado seu próprio filho ou filha nua. O fenômeno da pedofilia fez-me evitar usar essa série após a publicação de algumas delas no ano de 2002, no capítulo já mencionado sobre desenhos geométricos.

4. Antonio Guerreiro e eu redigimos, cada um, um texto para o livro de Stuckert, sem remuneração.

Um dos membros do ISA me informou que alguns povos indígenas começam a se incomodar com imagens de nudez, porque cada vez mais a nudez tem conotações de “primitivo”. É necessário acrescentar que o tsunami evangélico no Brasil desempenha um papel significativo naquilo que poderia ser designado como neopuritanismo. Também é digno de nota que James Banner, filho do falecido missionário Horace Banner, me informou que seu pai havia sido criticado por Robin Hanbury-Tennison, um dos membros fundadores da ONG *Survival International*, em Londres, por borrar a genitália em algumas de suas fotografias dos Mëbêngôkre. James afirmou que seu pai era despreocupado com a nudez indígena, mas havia “censurado” uma parte de seu material devido ao espanto que causou entre seus fiéis no noroeste da Inglaterra.

Esse dilema levanta questões interessantes. Se alguns povos indígenas rejeitam a ideia de serem fotografados com a forma despida que ostentavam antigamente, então o que fazemos com imagens feitas no passado: acrescentamos folhas de figueira? Além disso, cabe perguntar se a nudez é relevante desde o nascimento, ou apenas na adolescência e na idade adulta. Pensei até na possibilidade de borrar os rostos para exprimir minha frustração enquanto autora de imagens condenada a um limbo jurídico.

Com uma certa frequência, na pesquisa de campo, fui solicitada a tirar fotografias das pessoas, mas somente depois de elas se prepararem como julgavam que convinha. Um ofício da procuradoria da Unicamp afirmou que eu deveria saber em quais circunstâncias tirei as fotografias; evidentemente sei, mas a legislação não leva isso em consideração.

Muitas pessoas que fotografei já morreram, como é o caso de Beriberi, vista na imagem a seguir fiando algodão.

Tomei o cuidado de evitar mostrar imagens de dois de meus “irmãos” Mëtyktire, que já haviam morrido, a seus pais. No entanto, durante a ausência destes últimos na aldeia, em 2011, meus demais irmãos e irmãs insistiram em ver essas imagens, entre elas, a de Tedje, o filho mais próximo de seu pai Raoni e seu sucessor potencial (o menino à esquerda da fileira, na Figura 6).

Para criar um acervo digital no intuito de poder ser usado nas aldeias, os Mëbêngôkre teriam que deliberar sobre quem teria acesso, assim evitariam provocar o sofrimento dos parentes dos mortos. O coordenador administrativo e financeiro do Instituto Raoni, em Mato



figura 5. Beriberi (já falecida) fiando algodão. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).



figura 6. Grupo de meninos Mëtyktire preparados para o ritual do milho . Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

Grosso, Edson Araceli Santini, contou-me que uma família tinha solicitado um salário-mínimo mensal para exibir uma imagem de um parente morto numa parede da ONG. Diante dessa exigência, a imagem foi prontamente removida.

Quando morre alguém, quem são seus sucessores? São seus filhos, irmãos, sobrinhos, netos? A terminologia de parentesco Mëbêngôkre é classificada como Omaha, cuja lógica é totalmente distinta do tipo Esquimó, como é conhecido na literatura, que caracteriza a sociedade brasileira hegemônica (mais detalhes em Lea, 2012).

Um dos termos mais usados durante o congresso da SALSA (*Society of the Antropology of Lowland South America*), em 2021 (onde

uma versão deste artigo foi apresentada inicialmente) e alhures atualmente, é o de decolonialidade, mas não soube de ninguém que estendeu esse conceito ao combate do uso irrefletido da terminologia nacional de parentesco nas escolas indígenas. A maioria dos professores não-indígenas pensam que se trata de uma mera questão de tradução, tal como a equivalência entre “*tree*”, em inglês, e “árvore”, em português. A imprensa brasileira costuma noticiar cada morte de um Mëtyktire com sendo de um “neto” de Raoni, quando, na realidade, não se trata disso. Uma falta semelhante de compreensão mútua ocorreu durante a visita de alguns anciões Mëtyktire à Pontifícia Universidade Católica (PUC), em Goiânia, para identificar imagens feitas pelo fotógrafo Jesco Puttkamer, já falecido, como pude notar na apresentação para a publicação que resultou desse encontro (ver Lea, 2017).

Os advogados que consultei falaram-me que haviam sido levantadas questões complexas que requerem maior investigação, porque os especialistas em direitos autorais geralmente lidam com imagens de celebridades, violação dos direitos de compositores de música e coisas assim, e não com casos como o meu. A instituição principal de financiamento de pesquisa do estado de São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), não inclui os serviços de advogados como item padrão de financiamento, apesar de isso ser cada vez mais necessário para antropólogos sociais, muitos dos quais simplesmente desistem de fazer fotografias.

Conversando com os advogados ficou claro que o que constitui um retrato é algo nebuloso, tal como a fronteira entre espaço público e privado. Strathern (1999: 27 e *passim*) descreveu um cocar Hagen, de Papua Nova Guiné, como um retrato de seu dono, mapeando os relacionamentos que tornaram possível a feitura do cocar.

A interpretação legal está relacionada à possibilidade de identificar a pessoa fotografada, mas mesmo isso varia de acordo com o espectador. Já me perguntei se omitir os olhos, como na imagem da Figura 7, ainda constitui um retrato, pensando nos olhos como a porta para a alma, de acordo com o pensamento euroamericano.

No presente artigo, não posso fazer justiça à literatura sobre imagens na Antropologia, como fazem pesquisadores do LISA e outros. Imagens servem para um leque amplo de finalidades, incluindo pedagógicas. Evidentemente as imagens têm um valor não apenas estético. Elas podem até contribuir para investigações de uma determinada questão. De modo

análogo às palavras-chave de Paulo Freire (1975; 1976), imagens podem estimular uma discussão sobre um espectro amplo de questões, tais como o aumento da obesidade, algo praticamente ausente no passado (algo evi-



figura 7. Decoração da cabeça de uma criança.
Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

15



figura 8. Pekan visto de trás com o enfeite de plumária, cujo uso constitui uma de suas prerrogativas. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).



figura 9. Iretjtx, há alguns anos falecida. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).



figura 10. Mulher não identificada carregando lenha. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

denciado na Figura 8); questões de gênero; divisão sexual do trabalho (Figuras 5, 9 e 10) etc. O espectro de temas parece infinito.

Há amplas transformações em curso, como podem demonstrar as imagens a seguir, e como sempre me reiteram os próprios Mëtyktire.

Nas décadas de 1970 e 1980, as crianças passavam horas brincando no rio Xingu, tal como a imagem do menino pulando na água de uma árvore (Figura 13). A seguir, na Figura 14, há a imagem de um grupo de mulheres no lugar de banho da aldeia de Gorotire, no Pará, em 1983. Elas estão rodeadas por um arame farpado para afastar o gado, introduzido pela FUNAI para promover o “desenvolvimento”. Banhar-se no rio Fresco, na beira da aldeia de Gorotire, era um risco à saúde, devido à contaminação por mercúrio que provinha das atividades de



figura 11. Um grupo de mulheres dançando no ritual de *kwàrà kangô* por volta de 1995. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).



figura 12. Uma das candidatas no concurso de beleza Miss Kayapó, na aldeia de Kôkrajmoro, em 2019 (imagem digital). Fonte: Lea, personal archive.



figura 13. Menino pulando de uma árvore para dentro do rio Xingu, na década de 1970. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

garimpo nas proximidades. Quase quatro décadas depois, continuam a ser detectados metais pesados entre os Xicrin do Cateté (Botelho Vieira Filho, 2021), parentes próximos dos Gorotire-Mëbêngôkre. Esses metais são resíduos da mineração de níquel realizada pela empresa Onça-Puma, no Vale do Níquel⁵.

A seguir, na Figura 15, há um retrato de um Mëbêngôkre, feito por Horace Banner, que retoma o tema da destruição, desta vez de acervos imagéticos.

5. Mais informações sobre essa problemática podem ser conferidas no vídeo disponível no seguinte endereço eletrônico: https://youtu.be/Yzi_5Ay8kk4, acessado em 24/11/22.



figura 14. Lugar para banho, para coleta de água e para lavar a louça, na aldeia de Gorotire, 1983. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

Nem James Banner, nem eu tenho recursos para digitalizar o acervo fotográfico e os diários de Horace Banner. Por isso, apelei para Daniela Peluzo, uma etnóloga da Universidade de Kent, em Canter-



figura 15. Retrato de um homem não identificado, feito por Horace Banner. Fonte: James Banner, acervo de Horace Banner, Inglaterra.

bury, Inglaterra, onde trabalhou e continua a residir James. Daniela entrou em contato com o departamento de audiovisual da universidade, mas não houve repercussão.

Banner não era um missionário qualquer, mas aquele que contribuiu para impedir a dispersão dos Gorotire Kayapó e sua transformação em mão de obra. Ele publicou alguns mitos na editora da

Universidade da Califórnia (UCLA), nos Estados Unidos, e vários artigos (1952; 1957; 1978, 1961) – até foi citado por Lévi-Strauss (1964). Mesmo com tamanho renome, seu acervo está fadado a deteriorar cada vez mais, até se extinguir, se nenhum pesquisador para o preservar for encontrado. Além disso, em breve, não haverá mais Mëbêngôkre vivos que consigam identificar as pessoas retratadas. Muitos dos meus próprios *slides* estão bastante danificados, como resultado da falta de apoio institucional no Brasil depois do pesquisador obter seu diploma de doutorado. O incêndio na cinemateca em São Paulo, em 2021, é apenas mais um exemplo do destino da herança cultural brasileira.

Anthony Seeger, professor que me orientou no doutorado, perguntou-me, durante a minha comunicação na SALSA, que conselho daria aos jovens pesquisadores que estão indo ao campo hoje em dia. Comentei que uma das minhas orientandas de doutorado desistiu de usar imagens de pessoas que não eram cisgênero, um dos temas de seu estudo, devido ao preconceito existente na comunidade onde realizou sua pesquisa.

É fascinante comparar os livros de Rattray sobre os Ashanti (1923; 1927), repletos de imagens, com os livros etnográficos que estão sendo publicados atualmente. Filmagens não tornam a fotografia obsoleta, sendo necessárias mais discussões sobre as implicações da atual abstinência relativa de fotografias pelos antropólogos sociais.

Em outro painel no congresso da SALSA, a antropóloga Beth Conklin apresentou uma imagem da revista *Cruzeiro*, dos Wari (Paaka Nova), quando foram contatados, por volta de 1961 (Figura 16).

A análise de imagens como essa, da revista *O Cruzeiro*, vai além dos limites do atual texto, mas merece ser feita. Parece-me que os retângulos pretos que cobrem os pênis os tornam mais amedrontadores do que se estivessem “*in natura*”.

Concluo que a crescente judicialização do uso de fotografia abandonou os pesquisadores das ciências sociais, que têm que lidar com essa questão sem apoio jurídico e sem nem sequer aconselhamento. É problemático projetar sobre outros povos as noções euroamericanas sobre a divisa entre a esfera pública e privada, e sobre a questão da herança de direitos sobre imagens, igualmente complexa. A questão da nudez também levanta uma série de questões.

O valor documental e histórico das fotografias pode ser mais importante do que seu valor estético. Durante uma visita recente de

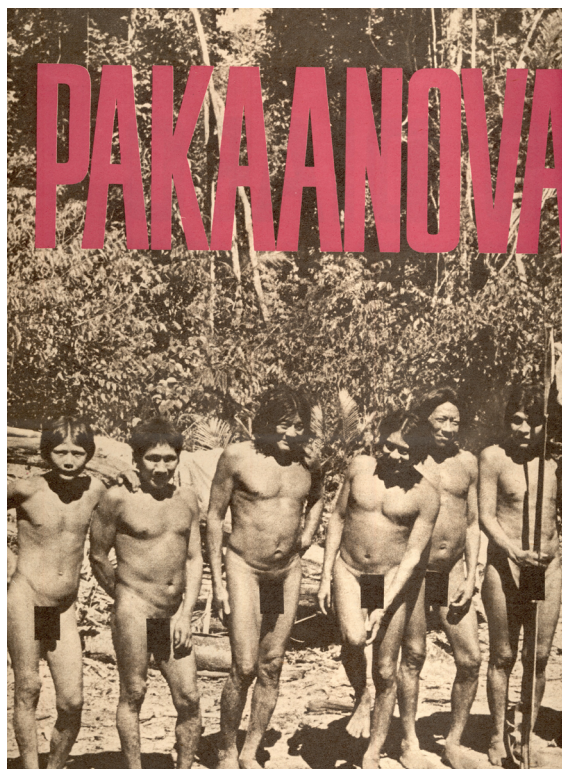


figura 16. Imagem da revista *O Cruzeiro*, 1961. Imagem cedida por Beth Conklin.

dois Mẽtyktire à minha casa, eles demonstram particular interesse pelas minhas imagens de homens usando capacetes de cera, lamentando que, atualmente, eles não têm mais o costume de usá-los. Também, pouco tempo atrás, uma mulher Mẽtyktire ligou-me solicitando imagens de rituais que aconteceram durante minha pesquisa de campo, preocupada com aquilo que está sendo perdido.

Futuramente, espero conseguir integrar o banco de dados que publiquei em 2020 (Figura 17), com genealogias (Figura 18), imagens do layout das aldeias que pesquisei (Figura 19), diagramas de como cada casa era ocupada (Figura 20), além de imagens de pessoas e de gravações de voz. Se tais itens pudessem ser usados para produzir material digital pedagógico e lúdico, poderiam ser utilizados nas escolas Mẽtyktire, como uma janela ao passado pós-contato e um retrato de alguns de seus ancestrais, de parentes vivos e daqueles que já morreram. Termino com um retrato de Raoni (Figura 21), hoje um líder de renome internacional, que foi meu anfitrião e pai adotivo no decorrer da pesquisa de campo. O impasse sobre o acervo de *slides* na UNICAMP continua. A última notícia que recebi por e-mail, no dia 31 de janeiro de 2020, de Humberto Celeste Innarelli, foi a de que o AEL havia contatado a FUNAI. Entretanto, o funcionário que lhe atendeu informou que:

Para regularizar a situação, é necessário enviar um ofício à Procuradoria da FUNAI. Após o envio do ofício, será aberto um processo [pelo jeito bem demorado] e a partir daí eles entram em contato com a tribo (sic) [ou melhor, com cada pessoa que aparece na fotografia], solicitando a autorização. Se os detentores das imagens autorizaram (sic), a FUNAI redige o contrato, mas, provavelmente, irão querer alguma remuneração.

6. Nas figuras 18, 19 e 20, cada cor corresponde a uma determinada matricas, ou, para simplificar aqui, uma linha de descendência matrilinear.

AGE	NAME	Gender	CHD	Age	ALIVE	BIRT,DEATH,DOE	DEATH,DOORNOSE	ETHN	HOUSE	INFORM,ADDRESS,NAME,PHONE	NOTES,DOES,PLACES,PLAC,REFERENCE,DOB,SHES,SHES,SHES,BASHMAN,DOB	USPAT
198	217	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
199	218	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
200	219	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
201	220	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
202	221	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
203	222	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
204	223	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
205	224	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
206	225	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
207	226	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
208	227	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
209	228	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
210	229	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
211	230	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
212	231	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
213	232	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
214	233	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
215	234	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
216	235	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
217	236	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
218	237	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
219	238	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
220	239	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
221	240	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
222	241	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
223	242	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
224	243	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
225	244	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
226	245	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
227	246	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
228	247	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
229	248	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
230	249	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
231	250	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
232	251	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
233	252	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
234	253	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
235	254	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
236	255	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
237	256	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
238	257	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
239	258	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
240	259	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
241	260	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
242	261	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
243	262	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
244	263	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
245	264	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
246	265	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
247	266	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
248	267	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
249	268	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
250	269	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
251	270	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
252	271	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
253	272	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
254	273	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
255	274	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
256	275	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
257	276	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
258	277	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
259	278	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
260	279	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
261	280	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
262	281	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
263	282	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
264	283	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
265	284	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
266	285	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
267	286	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
268	287	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
269	288	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
270	289	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
271	290	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
272	291	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
273	292	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
274	293	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
275	294	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
276	295	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
277	296	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
278	297	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
279	298	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
280	299	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
281	300	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
282	301	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
283	302	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
284	303	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
285	304	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
286	305	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
287	306	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
288	307	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
289	308	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
290	309	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
291	310	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
292	311	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
293	312	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
294	313	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
295	314	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
296	315	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
297	316	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
298	317	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
299	318	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
300	319	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
301	320	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
302	321	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
303	322	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
304	323	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
305	324	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
306	325	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
307	326	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
308	327	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
309	328	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
310	329	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
311	330	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
312	331	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01	1997-04-01	White	CHST		White and of	
313	332	Wagner, K	M	24	Yes	1947-04-01						

figura 17. Excerto do banco de dados do acervo dos Mëtyktire, 2020. Fonte: Lea, arquivo pessoal - anonimizado na versão online (2020).

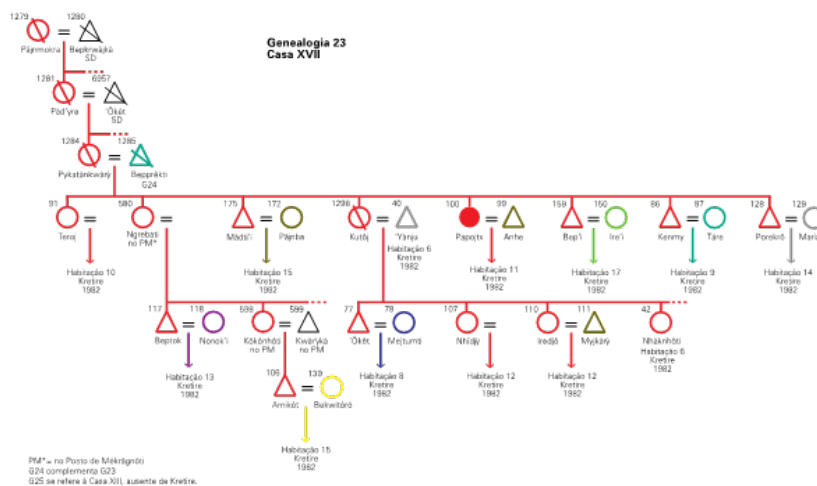


figura 18. Genealogia parcial de Papojtx, ego de uma matricasa⁶. Fonte: Lea, 2012: 458.

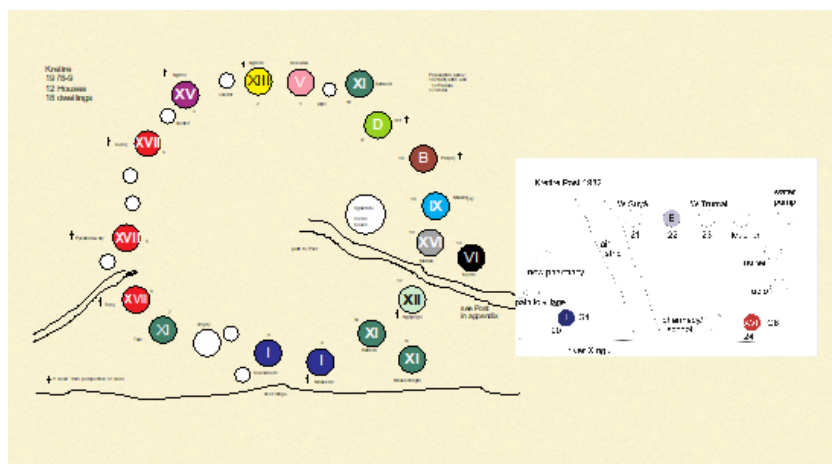


figura 19. Layout da aldeia de Kretire e do posto administrativo (1978-1979). Aldeia (Lea, 2012: 56). Posto, no acervo pessoal de Lea.

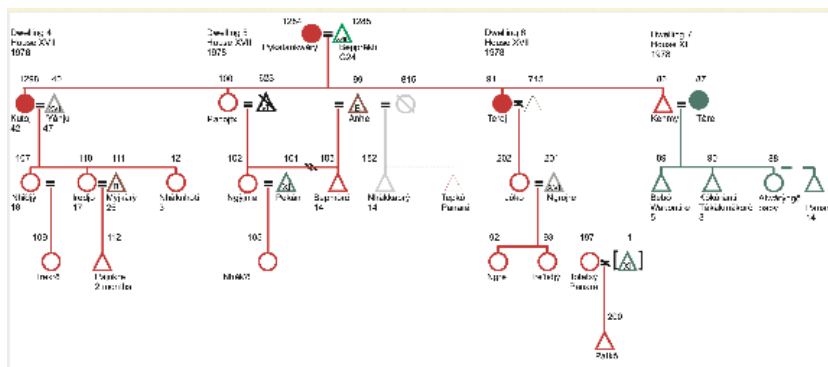


figura 20. Diagrama de quatro habitações e seus habitantes, em Kretire, 1978. Fonte: Lea (2012: 50).



figura 21. Raoni confeccionando um cachimbo na casa dos homens. Fonte: Lea, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).

Trata-se de um conflito ontológico perfeito, levando em consideração que a FUNAI está totalmente desacreditada politicamente, mas finge manter controle, deixando o AEL paralisado. Em 2022, iniciei um

diálogo com os primeiros Mëtyktire que estão tomando as rédeas do Instituto Raoni, antes administrado por não-indígenas, e, assim sendo, espero chegar a um acordo que seja benéfico tanto para os Mëtyktire, quanto para mim e para o AEL.

Aguardemos os próximos desfechos dessa verdadeira odisseia.

Referências

- Banner, Horace. 1952. "A casa dos homens Gorotire". *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, VI: 455-459.
- Banner, Horace. 1957. "Mitos dos índios Kayapó". *Revista de Antropologia*, 5 (1) 37-66.
- Banner, Horace. 1978. "Uma cerimônia de nomeação entre os Kayapó". *Revista de Antropologia*, 21 (1): 109-116.
- Banner, Horace. 1961. "O Índio Kayapo em seu acampamento". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, (13) 11-51.
- Banner, Horace; Wilbert, J; Simoneau, U. K. (eds.). [s.d.]. *Folk Literature of the Gê Indians*. Vol.1. Various myths. Los Angeles: UCLA.
- Botelho, João Paulo Vieira Filho. 2021. *Onça-Puma mine in the Vale do Níquel*. Disponível em: <https://youtu.be/Yzi_5Ay8kk4 consulted 21/08/21> Acesso em: 19 set. 2022.
- Cohn, Clarice. 2020. "Retornando sua coleção de material audiovisual: os dilemas de uma antropóloga". *Journal de la Société des américanistes*, 106 (2): 105-127.
- Demarchi, André (textos); Oliveira, Thiago (fotografias). 2015. *Metoro Kukràdjá: ensaio fotoetnográfico sobre a estética ritual Mebengôkre-Kayapó*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- Ferreira, Mariana K. Leal (org.). 2002. *Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos*. São Paulo: Centro Mari da USP/Editora Global.
- Freire, Paulo. 1976 [1967]. *Education: The Practice of Freedom*. Londres: Writers and Readers Publishing Cooperative.
- Freire, Paulo. 1975 [1970]. *Cultural Action for Freedom*. Londres: Penguin.
- Lagrou, Elsje Maria. 2009. *Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: Editora ComArte. (No prelo como: *Arte indígena brasileira*).
- Lea, Vanessa R. 1984. "Brazil's Kayapó, cursed by gold". Texto acompanhado por fotografias de Miguel Rio Branco, de Magnum, Paris. *National Geographic*, 165(5): 674-694.
- Lea, Vanessa R. 1986. *Nomes e nekrets Kayapó: uma concepção de riqueza*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro.
- Lea, Vanessa R. 2002. "O corpo como suporte para a geometria". In: Ferreira, Mariana K. Leal (org.). *Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos*. São Paulo: Centro Mari da USP/Editora Global, 185-205.
- Lea, Vanessa R. 2012. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central*. São Paulo: Edusp/FAPESP. 496 p.
- Lea, Vanessa R. 2017. "Etnografia do povo Metuktire". Parte 1: Vanessa Lea "Os Metyktire Mebengokre". In: Marlene C. Ossami de Moura e Sibeli A. Viana (org.). *Memória das Imagens: olhares multiculturais sobre o acervo Jaesco Puttkamer*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 32-47.

- Lea, Vanessa R. 2020. "Dataset Mebengokre (Kayapo)". *Kinsources Archive*. Disponível em: <https://www.kinsources.net/kidarep/dataset-320-mebengokre-kayapo.xhtml>
- Lea, Vanessa R. 2022. "Kayapó Mebengokre". In: Stuckert, Ricardo (ed.). *Povos Originários: Guerreiros do Tempo*. São Paulo: Tordesilhas, 133-138.
- Lévi-Strauss, Claude. 1964. *Le Cru Et Le Cuit*. Paris: Plon.
- Rattray, R.S. 1927. *Religion and Art in Ashanti*. Oxford: Clarendon Press.
- Rattray, R.S. 1923. *Ashanti*. Oxford: Clarendon Press.
- Strathern, M. 1999. *Property, Substance and Effect. Anthropological Essays on Persons and Things*. London: Athlone Press.
- Stuckert, Ricardo. 2022. *Povos Originários: Guerreiros do Tempo*. São Paulo: Tordesilhas.
- Verswijver, Gustaaf. 1992a. *The club-fighters of the Amazon: warfare among the Kaiapo Indians of Central Brazil*. Gent: Rijksuniversiteit. Reimpresso 2018. *The club-fighters of the Amazon: Warfare among the Kayapo Indians of Central Brazil*. Almeria: Turuti books.
- Verswijver, Gustaaf. 1992b. *Kaiapó Amazonie: plumes et peintures corporelles*. Gent: Museum Tervuren.
- Verswijver, Gustaaf. 1995. *Kaiapo. Material Culture-Spiritual World*. Frankfurt Museum Fur Volkerkunde.
- Verswijver, Gustaaf. 1996. *Mekranoti: Living among the Painted People of the Amazon*. Munich/ New York: Prestel-Verlag.
- Verswijver, Gustaaf. 2020. *The Kararaô of Central Brazil*. Geneva: La Fondation Culturelle du Musée Barbier-Mueller.